

A atuação da Anistia Internacional no processo de criação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH)

Carla Cristina Vreche¹, Matheus de Carvalho Hernandez²

1. Mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) - UFGD; [*carlavreche@gmail.com](mailto:carlavreche@gmail.com)

2. Orientador. Docente na graduação em Relações Internacionais e coordenador da Pós-Graduação *lato sensu* em Direitos Humanos e Cidadania – UFGD

Palavras Chave: ONG, ACNUDH, Efeito Bumerangue

Introdução

Este trabalho tem como proposta demonstrar a participação da sociedade civil, e principalmente das ONG, no processo de institucionalização do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos – ACNUDH, criado em dezembro de 1993.

De modo específico, evidencia o papel desempenhado pela ONG Anistia Internacional na promoção da proposta que seria debatida durante a realização da II Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, a Conferência de Viena de 1993.

Resultados e Discussão

Criada em 1961 pelo advogado britânico Peter Benenson, a ONG Anistia Internacional tem seu desenvolvimento institucional ligado a defesa dos direitos humanos. Desde sua criação, institucionalizada em 1962, quando sua proposta era a defesa da liberdade de “prisioneiros de consciência”, a AI buscou organizar seu trabalho de modo a ultrapassar as fronteiras dos Estados nacionais (CLARK, 2001).

Uma das ONG pioneiras na prática do ativismo transnacional, a AI buscou utilizar-se do seu ferramental e da sua estrutura organizacional para que em 1993, durante a realização da II Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos, a pauta da criação de um órgão de alto nível e específico para os direitos humanos, dentro da ONU, fosse aceita (ALSTON, 1997).

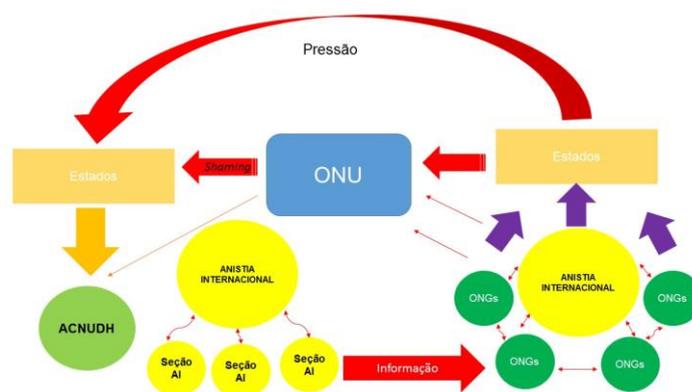
O debate sobre a criação desse organismo, favorecido pelas condições históricas e, sobretudo, pela importante participação das ONG e de outros grupos da sociedade civil no Fórum “Todos os Direitos Humanos para Todos”, conseguiu, enfim, ser debatido entre os Estados. Destaca-se que foi durante a realização deste evento, que antecede a Conferência de Viena, que a AI apresentou a sua proposta de criação de um Alto Comissariado, assim como o modelo que deveria ser seguido por este.

A forma de pressão organizada pela AI, junto a outras ONG e outros setores da sociedade civil, foi o ativismo transnacional. Atuando através de uma rede (KECK & SIKKINK, 1998), a AI conseguiu mobilizar os Estados de forma que sua proposta se tornou a mais importante pauta da Conferência, sendo efetivada durante a Assembleia Geral que se seguiu em dezembro de 1993.

A rede criada pela AI utilizou-se dos diversos escritórios dessa ONG, espalhados por mais de 150 países, que articulados pressionaram nacionalmente seus Estados; a AI uniu-se às demais ONG a fim de que estas fortalecessem a rede de pressão e ativismo; informou-as com seu aparato reconhecidamente importante entre as ONG; individualmente, exerceu presença constante nas

reuniões que se seguiram ao fim da Conferência de Viena e, por fim, aliou-se à mídia, aliança à partir da qual conseguiu o conhecimento de sua proposta pela sociedade civil (WILLETS, 1996). Esses elementos deram condições para que se criasse o efeito bumerangue, construção e situação essenciais para que tal projeto saísse definitivamente do papel.

Figura 1. Ativismo Transnacional da AI na criação do ACNUDH- Efeito Bumerangue.



Conclusões

Conclui-se que a participação da Anistia Internacional, ao desenvolver a proposta e criar as ferramentas de ativismo, foi essencial para que a proposta de criação do ACNUDH fosse aceita consensualmente por todos os Estados quando debatida na Assembleia Geral de dezembro daquele mesmo ano.

Do mesmo modo, problematiza-se a capacidade da AI exercer influência sobre os demais setores da sociedade civil, que apesar de neste caso específico ser positivo, pode trazer importantes problemas.

ALSTON, Philip. Neither fish nor fowl: the quest to define the role of the UN High Commissioner for Human Rights. *European Journal of International Law*, v. 2, n. 8, 1997.

CLARK, Ann Marie. *Diplomacy of Conscience: Amnesty International and Changing Human Rights Norms*. United Kingdom: Princeton University Press, 2001.

KECK, Margaret; SIKKINK, Kathryn. *Activists beyond borders*. New York: Cornell University, 1998.

WILLETTTS, Peter (ed.). *The Conscience of the World: The Influence of Non-Governmental Organisations in the UN System*. London: C. Hurst & Co. Ltd., 1996.

Não ultrapassar 1 página.